



# Universidade Federal de Viçosa

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Departamento de Ciências Sociais

## TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

**TÍTULO: A COMUNA INDÍGENA: ANÁLISE DO ETHOS  
POLÍTICO E DO PROCESSO DE AUTONOMIA EM  
CHERÁN.**

**ALUNO:** Jonatas Pinto Lima

**Orientador:** Prof. Dr. Douglas Mansur

Trabalho de Conclusão do Curso,  
elaborado como parte das exigências  
da disciplina CIS 480 .

Viçosa  
Minas Gerais - Brasil  
Julho 2014



## Sumário

**Siglas. Página.2**

**Resumo:P.3**

**Introdução:P.4**

**Capítulo I: Ideologias Nacionais do Estado Mexicano e a Questão Indígena :P.8**

**CapítuloII: Crise Política, Conflitos e Mobilizações:P.15**

**Capítulo III:Cherán e Ethos Político: P.22**

**Capítulo IV:Movimento Revolucionário e Experiência de Auto Governo:P.32**

**Considerações finais: P.43**

**Refêrencias Bibliográficas: P.45**

Siglas:

COICA	Coordenadora de Organizações Indígenas da Cuenca Amazónica
COPLAMAR	Coordenação Geral de Pano Nacional de Zonas Deprimidas e Grupos Marginais
DAI	Departamento de Assuntos Indígenas
INI	Instituto Nacional Indigenista
ENLZ	Exército Nacional de Libertação Zapatista
FDN	Frente democrática nacional
PAN	Partido da Ação Nacional
PRD	Partido da Revolução Democrática
PRI	Partido Revolucionário Institucional
TEPJF	Tribunal Eleitoral de Poder Judicial da Federação
UNCA	União Nacional de Comunidades Aymaras

Resumo: Este trabalho busca realizar uma análise processual do “pueblo” de Cherán e sua luta por autonomia diante da exploração ambiental ilegal feita por madeireiros locais e amparada pelo crime organizado. Diante do que consideraram como imobilidade do Estado mexicano de conter essas ações, os moradores de Cherán se mobilizaram para proteger seus bosques e garantir a implantação de um governo autônomo, “do povo e para o povo”. Em termos metodológicos, trata-se de um estudo de caso que se utiliza de métodos históricos e antropológicos, como a pesquisa documental e a análise de notícias veiculadas, com vistas a compreender os diferentes discursos, estratégias e performances acionados no desdobramento do conflito. Visto que, uma maior compreensão de como é construído o ambiente social do qual estamos tratando é necessária a compreensão de alguns processos ocorridos ao longo da história para que desta forma sejam explicitadas que as redes de significados e concepções culturais deste “*pueblo*” foram construídas ao longo dos anos e das situações vividas pelos mesmos. A memória coletiva é fundamental para a compreensão de situações presentes. O trabalho inicia-se com uma revisão histórica da relação entre Estado nacional e povos originários e posteriormente analisaremos um pouco da história local imersa nestas relações o que nos possibilitará uma análise mais satisfatória do movimento que levou aos acontecimentos de 15 de Abril. Na segunda parte do trabalho realizaremos a discussão das motivações e representações dos próprios *comuneros* de Cherán em torno da luta em defesa dos bosques e em defesa da implantação de um sistema de autogoverno pautado pelas tradições locais.



## INTRODUÇÃO

Os acontecimentos em Cherán durante minha estada no México<sup>1</sup> foram fundamentais para que este “pueblo”<sup>2</sup> me chamasse a atenção. A ideia de uma pequena cidade que tinha acabado de implantar um sistema de autogoverno após a decisão de não mais serem dependentes de ações do Estado, visando a melhoria e a proteção de seu “pueblo”, definitivamente me intrigou, a ponto de escolher este processo social e político como temática deste estudo.

Da perspectiva do Estado-Nação mexicano, Cherán faz parte do estado de Michoacán<sup>3</sup> sendo um “pueblo” indígena situado ao noroeste da região P’urhépecha com população de cerca de 18.000 habitantes. Esta localidade vinha sofrendo ,desde 2008, uma série de abusos das máfias locais e madeireiros que, em conjunto, atuavam na exploração ilegal dos bosques em volta da comunidade, bosque este considerado propriedade comunal, ou seja, pertence a todos do “pueblo”, o que tornava o sentimento de indignação com esta exploração indevida mais abrangente.

Quando se iniciou a poda predatória da área florestal, as pessoas do vilarejo pediram ajuda ao governo municipal e estadual, que segundo relatos dos habitantes de Cherán que analisaremos adiante se isentou de toda responsabilidade pelo ocorrido. Diante da falta de atuação por parte do governo, a população local decidiu se mobilizar para a expulsão dos madeireiros em 15 de Abril de 2011 e após este primeiro enfrentamento foi formada uma espécie de exército comunitário, a fim de proteger o vilarejo dos “madeireiros e mafiosos” que reduziram a área verde do “pueblo” de 27.000 hectares de bosque para 7.000, entre 2008 e 2011.

Após o 15 de Abril, os habitantes de Cherán e o “exército comunitário” fizeram trincheiras nas entradas da cidade para controlar quem entrava e saía do “pueblo”, dando

---

<sup>1</sup> Minha estada no México possível devido o programa de intercambio BRAMEX e durou seis meses durante os quais estudei na Universidad Autonoma de Aguascalientes na cidade de mesmo nome, e foi através de conversas com alguns amigos mexicanos que fiquei conhecendo a situação de Cherán.

<sup>2</sup> A palavra “pueblo” é bastante utilizada no México para designar cidades pequenas muitas vezes com populações indígenas.

<sup>3</sup> O México é uma República federativa presidencialista pautada na tripartição do poder entre Executivo, Legislativo e Judiciário , existem eleições democráticas, segundo o discurso oficial, para a escolha dos governadores dos diferentes estados que compõem a Federação como o próprio estado de Michoacán, também existem eleições para a escolha do presidente da República . Os cargos legislativos também são escolhidos pela eleição dos deputados tanto em âmbito estadual como federal.

início ao movimento de resistência aos abusos madeireiros, por meio das armas, o que se transformou em um movimento revolucionário<sup>4</sup>, ao desencadear a supressão da polícia e a separação do pueblo frente ao governo central, para a criação de seu próprio mecanismo de governo. Após a expulsão do presidente municipal e da desocupação do Palácio Municipal, iniciou-se o processo de construção de um novo modelo de governo, que atendesse os anseios da população, como é comum na fala dos habitantes de Cherán “*Quien está gobernando al pueblo, es el mismo pueblo*”. Todo esse processo nos pareceu bastante interessante e a seguir elucidaremos melhor a forma como pretendemos estudar este processo.

Nesta pesquisa pretendemos elaborar uma análise deste processo social e político a partir da análise dos discursos, imagens e relatos veiculados em diferentes mídias, com o objetivo de perceber através do discurso dos moradores deste “pueblo” o sentido/significado para suas ações, compreendendo também a forma pela qual foi organizado este autogoverno. A análise do contexto sócio-político nacional internacional e local também será de fundamental importância para podermos, através de uma visão processual deste movimento indígena, compreender de maneira mais satisfatória o objeto de nosso estudo.

Além disto, para compreendermos o processo de insurgência dos habitantes de Cherán frente ao Estado nacional mexicano, necessitamos primeiramente compreender qual é o contexto em que esta localidade está inserida. Eric Wolf alega que o estudo cultural de uma localidade deve levar em consideração uma rede de relações que vinculam esta localidade com o mundo externo e também a maneira específica com que esse mundo externo influi na vida desta comunidade nos aspectos sociais, políticos econômicos e culturais; a localidade não deve ser estudada como algo “descolado” de um contexto maior. Assim considerado, os “pueblos” estão inseridos em uma rede de instituições, acontecimentos nacionais, internacionais e cultura existentes em um determinado local (cf. WOLF In: FELDMAN-BIANCO & RIBEIRO, 2003, p.74). Aliado a isto, o entendimento que existem diferentes concepções culturais de política e de governo em jogo, nos é imprescindível, além da necessidade de incluir em nossa reflexão questões

---

<sup>4</sup> O revolução é entendida aqui como um processo “entre o momento em que o velho regime se desintegra e o momento em que um novo regime se constitui firmemente.” (SCOTT, 1994) Esta definição de Scott é utilizada também por PURNELL (1999) e MÓLGORA (2004).



acerca do direito dos povos indígenas e também questões que adensem nosso conhecimento sobre a relação entre Estado nacional e povos originários.

Por esta razão devemos pensar, desde já, porque a população de Cherán pleiteou a instauração de um governo próprio. Segundo Mólgora (2004) a mudança na forma de governo pode sugerir que os habitantes desta localidade não compactuam com o *ethos* do governo nacional, substituindo-o por um *ethos* local. Para o autor, o governo de uma localidade, se não estiver em sintonia com a população corre o risco de perder sua autoridade<sup>5</sup> por isso nos é relevante compreender o *ethos* local. Para compreendermos este modo de interpretar a realidade que existe neste localidade devemos levar em consideração como os atores sociais constroem esta “realidade”, ou seja, qual é visão destes atores sociais de sua própria existência, como eles interpretam os acontecimentos para buscarem a modificação da ordem e quais seriam suas próprias concepções de governo, política e cultura. A maneira como as concepções culturais de um povo é vista por eles mesmos é fundamental para o entendimento do significado de suas ações. Além do mais, a maneira como os acontecimentos ou modos de agir são construídos e como a memória de um grupo de pessoas se perpetua também se faz fundamental para nossa compreensão do “sentido” das ações dos atores sociais, levando em consideração que a própria construção da memória é algo seletivo e atua através de seus próprios termos para assim contribuir para a reconfiguração dos ajustes sociais em um presente específico (MADDOX,1993, p.10). A memória construída pelos atores é fundamental sendo a lembrança de, por exemplo, um terreno histórico de conflitos políticos fundamentais para sustentar novas disputas. O legado cultural e histórico se faz presente na vida e no modo de agir de um povo e não podemos elaborar uma análise satisfatória sobre os processos políticos e sociais por nós escolhido sem levar em consideração estas premissas teóricas.

Assim, nesta monografia, tentaremos inicialmente elaborar esta análise partindo da construção do Estado Nacional mexicano e suas contradições nas relações estabelecidas com os povos originários. No que concerne ao Estado mexicano, nossa análise passa também pelos diversos problemas na disputa pelo poder entre os Partidos políticos, responsável pela criação de um “sentimento de descrença” na política partidária. Por fim, ainda no primeiro capítulo, como nosso trabalho é sobre um “pueblo indígena”

---

<sup>5</sup> entendemos por autoridade “el hecho que el individuo o individuos que gobiernan cuentem com el apoyo implícito o explícito de los gobernados”(MÓLGORA, 1993.p.197)



analisaremos as ações do Instituto Nacional Indigenista (I.N.I.) criado a partir de 1948 para cuidar da “problemática” indígena e seus impactos na formação da “nação”; nossa análise não poderia deixar de levar em consideração também os movimentos sociais indígenas da América Latina que vêm sistematicamente apresentando reivindicações frente aos Estados nacionais, abrindo caminhos para uma maior reflexão sobre a situação marginal em que historicamente os povos originários são submetidos nas Américas em geral.

Como seria possível escrever um livro inteiro somente analisando os fatores acima é nossa tarefa construir um estudo que possibilite uma compreensão de caráter geral da temática, favorecendo a compreensão da situação indígena no México e do movimento indígena na própria América Latina. Desde já, deve-se deixar claro que nosso objetivo não é fazer um trabalho “completo” no que diz respeito à análise pormenorizada da história latino americana; Portanto, o “esquecimento” ou a não análise de alguns fatores é inevitável e deixaremos para uma próxima oportunidade uma retomada de alguns destes fatores não mencionados. Segundo Antonio Mitre (MITRE,2003) o esquecimento no trabalho científico e também na própria vida é totalmente necessário, pois sem ele se daria valor a inúmeros pormenores, perdendo assim a capacidade de discernimento, estando todos nós envolvidos em um emaranhado de fatos e documentos; o “esquecimento metódico” então se faz válido para ajudar-nos a perceber sentido nos acontecimentos e construir assim uma análise satisfatória destes processos.

Após esta percepção do contexto nacional/internacional em que esta inserido o “caso Cherán” voltaremos nosso olhar, nos capítulos seguintes, para as particularidades da localidade através de uma visão processual, levando em consideração a “memória histórica” desta comunidade e como ela constrói sua identidade, suas relações sociais e seu aparato simbólico, construção esta ligada contundentemente ao pertencimento deste “pueblo” à etnia P’urhépecha. Tendo em vista todas as questões acima partiremos agora para a análise deste movimento revolucionário iniciado em Cherán em Abril de 2011 que levou esta pequena cidade a construir seu próprio governo e “aparato policial”, de acordo com seus usos e costumes.

## CAPITULO I: IDEOLOGIAS NACIONAIS DO ESTADO MEXICANO E A QUESTÃO INDÍGENA

Neste capítulo partimos da premissa de que nação seria uma *comunidade imaginada*, construída como artefato cultural-institucional de uma classe particular e que independentemente da desigualdade e exploração no seio desta nação, é concebida sempre pelos seus propagadores como uma grande comunidade de companheirismo profundo e horizontal. (Anderson, 2000p.23-25)

A existência e situação social das comunidades indígenas ou povos originários, como são denominados atualmente, está amplamente associada aos moldes em que foram criados os Estados-nacionais latino-americanos. Ao voltarmos nosso olhar à história de formação destas “nações” percebemos um enorme “desprezo” às concepções de vida dos povos originários, não dando chances à participação destes na direção e construção destes novos mecanismos institucionais (Cf. COUDER , 2009. p.910). A exclusão nasce na própria idéia racista latente no processo de colonização levada a cabo pelos europeus, colonização movida por demandas econômicas que se baseou também na dominação cultural através da oposição civilizado-barbáro/selvagem, oposição esta que

comenzó a generar un tipo de políticas sociales, económicas y militares (...) esto justifico (...) los masacres, los despojos de los pueblos indígenas de los territorios y las regiones donde estaban asentados, para dar lugar la gran propiedad privada, a los terratenientes. (STAVENHAGEN,2010 p.18)

Pós- independência, o racismo continuou como prática na formação dos Estados-nações latino-americanos, dentre eles o México, mas sob uma nova roupagem, sendo propagada a ideologia de que após a libertação do jugo espanhol houve uma “harmonia” nesta recém criada “nação”. O discurso passou a ser o de que agora são todos iguais, e de



que os indígenas também iriam fazer parte desta nova “raza cosmica”<sup>6</sup> - seriam agora mexicanos, como todos os demais. Contudo, a ideia “civilizatória” esta imbuída neste novo pensamento: os criolos responsáveis pelo processo de independência mexicana não estavam interessados em “llevar las clases bajas a la vida política” (ANDERSON, IBIDEM. P.77) mas sim a assumirem eles próprios as rédeas da construção do novo Estado-nação que continuaria elitista.

A ideia de civilização, legatária do iluminismo, permanece no século XX como sinônimo de desenvolvimento, relacionado ao processo de formação de Estados nacionais, bem como de progresso. Dessa maneira, perpetua-se a “exclusão” dos povos originários pois estes tem uma concepção de desenvolvimento radicalmente diferente da sociedade dominante, enquanto os povos originários, dentro de suas diversas concepções culturais, possuem uma relação com a natureza que vai além do campo econômico, fazendo parte também do mundo cultural e espiritual, enquanto os Estados nacionais, em sua visão capitalista de mundo, enxergavam a natureza como simples recursos para o desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento destes Estados foi em diversos fatores responsável por um processo sistemático de marginalização do “ser indígena”. Este processo ocorreu tanto no plano econômico como no campo cultural: os indígenas foram por muitas vezes privados de sua língua materna, de seu “espaço geográfico” e de seu “lugar social”, sendo inseridos nas relações de trabalho típicas do mundo capitalista, nas quais, salvo raras exceções, encontra-se em posição subalterna<sup>7</sup>, sendo não mais um “keri”<sup>8</sup>, não podendo mais cultivar com liberdade a Nana Etcheri<sup>9</sup>, que vem sendo destruída.

### 1.1 Estado Mexicano e Políticas Indigenistas

---

<sup>6</sup> Idéia de uma nova raça miscigenada forte e valente, ideia difundida por Vasconcellos

<sup>7</sup> O conceito de subalterno em Gramsci está ligado à relações assimétricas entre dominadores e subordinados, utilizado por este autor para tratar da situação pós-colonial na Índia mas encaixa bem na evidente situação assimétrica entre povos originários e Estado.

<sup>8</sup> Keri significa grande na língua P’urhépecha, muitas vezes responsáveis pela organização da vida comunal.

<sup>9</sup> Naná Etcheri é como os P’urhépechas chamam a “mãe natureza” que por outros povos originários é conhecida como Pachamama.

O desenvolvimentismo aliado à construção ideológica de uma “nação” de iguais leva à constituição, no México do século XX, de uma série de políticas que visam a mexicanização do indígena, expandindo o alcance e poder do “progresso”. Para integrar o indígena à nação foram criadas, principalmente a partir da década de 1940 na América Latina, e no México em particular, uma série de políticas “indigenistas”. No caso do Estado nacional Mexicano, antes mesmo desta década já existiam alguns departamentos do Estado destinados a instaurar a política indigenista no país como, por exemplo, o Departamento de Asuntos Indígenas (DAI), criado pelo presidente Lázaro Cárdenas Del Rio, eleito em 1934 (cf. MOLGORA,2004p.165). Contudo, o órgão do Estado mexicano que foi mais significativo neste tipo de ação, até mesmo por sua longa duração, foi o Instituto Nacional Indigenista (I.N.I.), criado em 1948 e que teria como tarefa inicial:

Ocuparse de los *problemas* ligados con todos los asuntos de los Indios mexicanos así como el establecer y realizar El programa de actividad, tendiendo a la mejoración de la vida de las sociedades indias locales y a su integración nacional” (FRANKOWASKA,1972p.103)

O indigenismo mexicano é analisado por José Manuel Ramos Rodriguez (2005) como possuindo três momentos distintos: o primeiro que vai dos anos 1930 até meados dos anos 1960 e se caracteriza pelo caráter integracionalista; o segundo período vai de meados dos anos 1960 até 1989, que seria, ao menos no discurso, o “indigenismo de participação”, que propunha a participação da população indígena nas ações de seu próprio desenvolvimento e, por fim, o terceiro período que iria de 1989 até o fim deste Instituto em 2003. O terceiro e último período é chamado pelo autor de “indigenismo de transferência” que se inicia com a presidência do instituto nas mãos de Arturo Warman, que publica “Políticas y tareas indigenistas 1989-1994” documento no qual defende a necessidade da transferência dos recursos e funções do INI às organizações indígenas. Estas deveriam agora figurar como atores sociais fundamentais nas tomadas de decisões em suas respectivas localidades. (Cf. RODRIGUEZ)

O Instituto Nacional Indigenista em sua constituição e primeira etapa contou com o apoio de diversos intelectuais mexicanos como Gonzalo Aguirre Beltrán que se propunham a ajudar nas estratégias de incorporação do indígena. O próprio Beltrán chama este



processo incorporacionista de “aculturação”, que deveria ser efetuada por “intermedio de individuos extraídos de la misma (comunidade indígena), cuyo status adscrito y posición dentro de ella, les permita desempeñar el papel de innovadores (...) de instrumento de modificación de elementos tradicionales que se tengan por nocivos, de promotores del cambio cultural” (BELTRÁN 1964 p. 321). Estes agentes de aculturação deveriam então ter uma educação “ocidental”, conhecendo a “modernidade” para então passar à seguinte etapa, de volta à sua comunidade e iniciação do processo de “modernização” de seu “pueblo” indígena.

Esta etapa do indigenismo mexicano visava a homogeneização do Estado nacional, e enxergava o índio como gente de categoria inferior que se encontrava “atrasada” e deveria urgentemente sair de sua “estaticidade” para poder usufruir dos benefícios do “progresso” e das luzes da “civilização”.

Com o passar dos anos, este tipo de visão e ação frente os povos originários foram sendo constantemente criticadas tanto por estudiosos como também por nascentes organizações indígenas, a demanda crescente seria pela participação dos próprios povos indígenas na tomada de decisões referentes a eles; é neste contexto que o INI muda sua perspectiva de ação passando à etapa do chamado “indigenismo de participação” que defenderia e procuraria incentivar

el ejercicio de la capacidad social de un pueblo para construir su futuro, aprovechando para ello las enseñanzas de su experiencia histórica y los recursos reales y potenciales de su cultura, de acuerdo con un proyecto que se define según sus propios valores y aspiraciones (BONFIL, 1982)

Após a adoção dessa nova diretriz política indigenista, o Estado muda o modo de ação do INI, deixando este de ser um organismo de ação integral para fazer parte de outros organismos e programas federais com ações de enfoque setorial, ou seja, deixa de ser um órgão com dependência direta da Presidência da República passando a ser parte da Secretaria de Educação Pública, em 1977. Como marco desse enfoque setorial é lançada a Coordenação Geral de Plano Nacional de Zonas Deprimidas e Grupos Marginais (COPLAMAR); esta coordenação visava a melhoria das zonas marginalizadas no Estado

mexicano e passava a contar com o apoio do INI para “ajudar” as populações que tivessem o perfil indígena. Esta etapa indigenista também apresenta a problemática de se considerar o índio como um “desamparado”, que deve ter sua vida “melhorada” pelo Estado - a visão paternalista, ou de tutela do governo continuava presente no modo de lidar com as populações indígenas.

O desenvolvimento do indigenismo de participação vai aos poucos criando algumas instâncias em que se propõe a participação indígena. Algumas organizações são criadas para este fim, como os Comitês Comunitários de Planejamento e conselhos em âmbito estatal e nacional, que pressupunham uma maior participação indígena; estes pressupostos se desenvolvem e enraízam até que em fins da década de 1980 e início da década de 1990 o indigenismo mexicano passa a ter um caráter de transferência, apoiado também pelo Programa Nacional de Desarrollo de los Pueblos indígenas 1991-1994, que declarava que o sentido da participação indígena seria “el traspaso irrestricto y pleno, en los plazos que se convenga, de obras materiales, recursos y procesos técnicos a las organizaciones indígenas (INI, 1991, p. 41)”. Este novo plano de trabalho faz parte de uma nova visão oficial do indígena. Neste período, o Presidente Carlos Salinas assina em 1990 o Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) compromisso esse que é voltado também ao reconhecimento constitucional dos direitos indígenas, o que seria fundamental, mais tarde, para que Cherán lograsse sucesso em suas reivindicações frente ao Estado nacional. Segundo Pérez y Argueta (2003), este período da chamada transferência foi fundamental porque

se partía del principio de que sólo la población organizada constituida por esa vía en actor social podría enfrentar a los poderes locales que habían alimentado la suplantación (en la representación), la corrupción (en el manejo público de los recursos) y El corporativismo (en la organización) (PÉREZ Y ARGUETA 2003, p. 16).

O indigenismo de transferência tomou fôlego pós 1994, depois do “levante” zapatista no sul mexicano, principalmente no Estado de Chiapas. As pressões do ENLZ (Exército Nacional de Libertação Zapatista) e suas reivindicações por respeito e autonomia levaram o governo mexicano a assinar, em 1996, o acordo de “San Andres”, que fixa a



urgência do respeito à pluralidade nacional e garante algumas mudanças constitucionais nesta temática. O Instituto Nacional Indigenista, frente essas novas demandas, passa a ser alvo de várias denúncias e acusações. A falta de recursos aliada à “herança” da era integracionista acabaram por derrocar no fim deste Instituto durante o governo de Vicente Fox que cria, em 2001, o Consejo para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas, paralelo ao INI, que se extingue em 2003.

Refletindo as ações do INI e sua presença nas localidades, diversos autores (FRANKOWASKA,1972; ZANTWIJKA 1967; VILLORO, 2001; RODRÍGUEZ, 2005) estão de acordo quando sustentam a incompetência dos agentes do INI e do próprio órgão no lidar com as particularidades encontradas nas mais diversas regiões do território mexicano. A falta de recursos e o número insuficiente de funcionários também era realidade no instituto que, como outras esferas do governo, também sofria com os problemas de corrupção e ineficiência na implantação das políticas públicas em geral, como apontado pelos autores acima assinalados.

O discurso oficial, pautado em promessas de melhorias econômicas imediata como uma das metas do INI, criou uma falsa expectativa nas comunidades que, com o passar do tempo, ao não verem realizadas as ações prometidas, se tornaram descrentes frente às “autoridades”. A tentativa de implantação do INI nas localidades deixou ainda evidente o despreparo “cultural” dos seus mentores e agentes. Os grandes erros do INI para Rodriguez são:

a) la construcción de una homogeneidad de lo indígena, que no reconoció la gran diversidad en la situación cultural económica, política, organizativa, etc., de los pueblos indígenas; b) la tendencia a imponer modelos y estrategias de desarrollo foráneos, sin tomar en cuenta esa diversidad ni el punto de vista de sus actores; c) su incapacidad para coordinar en la práctica, de manera efectiva, las intervenciones gubernamentales en las distintas regiones, y d) la relación clientelar y asistencialista hacia las comunidades indígenas, que durante muchos años favoreció el paternalismo y poco estimuló su desarrollo autónomo.(RODRIGUEZ, 2005p.74)

Por estes inúmeros fatores, dentre outros, de ordem cultural, política e identitária, as políticas governamentais não foram suficientes para acabar com o sentimento étnico dentro dos povos originários e os objetivos de homogeneização não foram alcançados pelo INI. Contudo, algumas heranças positivas foram aproveitadas pelos povos originários, como a proximidade com os trâmites oficiais, possibilitando o diálogo oficial das próprias organizações indígenas com o Estado, sobretudo nas últimas décadas do INI, quando da criação de alguns comitês indígenas que favoreceram esta proximidade com o poder “oficial”. Também pode ser destacado, o aproveitamento de alguns projetos do instituto como o caso das rádios comunitárias, sendo estas importantes no fortalecimento de um sentimento identitário ao utilizarem a língua originária das comunidades indígenas.

Da perspectiva de muitos movimentos indígenas, não somente a ineficácia e a concepção “colonizadora” era um problema do Estado mexicano. A questão partidária também se constituiu como um problema corriqueiro, alimentado por corrupção, violência e polêmicas eleitorais, sendo esta questão até os dias atuais uma chaga aberta na história do México.



## CAPÍTULO 2 – CRISE POLÍTICA, CONFLITOS E MOBILIZAÇÕES

Neste capítulo analisaremos a situação dos partidos políticos dentro do México, levando em consideração as transformações políticas ocorridas ao longo do século XX, esta análise deve ser feita pois a forma como o poder político é exercido se faz fundamental para a construção do imaginário político de um povo além de influenciar no modo como o Estado atua frente a população. Em uma segunda parte deste capítulo temos por objetivo analisar a transformação e o surgimento de alguns movimentos indígenas na América latina que ao longo dos anos passaram a ter um caráter étnico bastante marcante em suas reivindicações, marcando a transição de reivindicações basicamente econômicas a reivindicações por respeito a sua cultura nas mais diversas esferas da vida social.

### 2.1. Partidos Políticos no México

O poder do governo mexicano esteve durante grande parte do século XX nas mãos do Partido Revolucionário Institucional (PRI), a máquina política que monopolizara o poder desde a terceira década do século XX . O PRI foi ao longo dos anos bastante questionado e acusado sistematicamente de fraudes eleitorais, a máquina estatal se mostrava organizada para a manutenção do poder priista. Contudo, antes da eleição presidencial de 1988, o PRI iniciou um processo de “racha”. As políticas neoliberais e a democratização do partido eram alguns dos motivos da discórdia que culminou com a saída de Cuauhtemoc Cárdenas do partido oficial, para então concorrer à eleição presidencial. (Cf.CASTAÑEDA,1999). Pela primeira vez em muito tempo, o monopólio do PRI esteve ameaçado, tendo agora pela frente um concorrente de peso nas eleições presidenciais. Cuauhtemoc Cárdenas, filho de Lázaro Cárdenas, se filiou ao partido que ajudou a criar: o Partido da Revolução Democrática(PRD). Cárdenas teve ainda apoio de outros partidos pequenos que, durante o domínio priista, não possuíam uma “voz ativa” na vida política mexicana. A aliança para as eleições de 1988 ficou conhecida como FDN (Frente democrática nacional). Esta candidatura teve grande apoio popular, principalmente entre os povos indígenas, já que o candidato da oposição tinha um discurso étnico em grande parte herdado de seu pai Lázaro Cárdenas, que foi um presidente bastante querido pelos povos indígenas,sendo chamado carinhosamente Tatá Cardenas pelo povo P’urhépecha. A eleição culminou com uma enorme suspeita de fraude eleitoral já que o

eleito foi Carlos Salinas de Gortari do PRI. Os resultados imediatamente geraram inúmeros protestos em todo país, chegando a levar à ocupação de algumas “prefeituras”. Segundo Mólgora, mais de 60 delas foram invadidas somente no estado de Michoacán, em novembro de 1988. Os protestos não impediram a posse de Salinas. Contudo, o partido oficial não se encontrava mais sozinho na disputa política, caracterizando um período de transição na política mexicana, além do que se pôde notar um desgaste da população com o partido oficial.

De acordo com Molgora, os protestos serviram para deixar claro a insatisfação crescente do povo contra a “ditadura priista” que “por mas de 60 anos en el poder nos sumio a la miseria y en la corrupcion” (MOLGORA,2004.p.270). Nestas mesmas eleições os partidos de oposição lograram algumas vitórias, elegendo deputados e governadores. A presença de partidos opositores e a possível mudança dos detentores do governo representou uma grande esperança em camadas da população mexicana, inclusive em Cherán, já que por muito tempo o PRI e seus candidatos “llegaron a representar para muchos cheranenses la corrupcion y la injusticia”. (MOLGORA, IBIDEM, p.272). Mas a mudança dos detentores do poder executivo federal tardaria ainda a mudar.

Frente esta mudança na figuração política mexicana, Salinas encontra dificuldades no exercício de seu governo atuando “por meio de uma combinação de repressão e cooptação seletiva e estratégica dos focos de oposição. Contudo, sua administração terminou em um caos de violência política nas cúpulas e mobilizações populares.” (GLEDHILL,2012 p.454)

Segundo Gledhill, as eleições de 1994 só foram favoráveis ao PRI devido ao medo de um caos maior na sociedade. Porém, o governo de Ernesto Zedillo Ponce de León (1994-2000) sofreu com inúmeras crises econômicas resultados das políticas de abertura econômica neoliberais de Salinas. Tais dificuldades garantiram a antipatia popular e a possibilidade de novos resultados na eleição de 2000, mas a corrupção dos últimos anos deixaria marcas, como descreve Campbell:

O resultado foi a criação de “um Estado fantasma” por trás da fachada do Estado respeitável e institucional, uma rede de relações que implicava não apenas corrupção, mas também relações clandestinas com o crime organizado... foi durante o período de Salinas que os cartéis mexicanos



substituíram os colombianos no tráfico de cocaína para os Estados Unidos (Campbell 2009).

O PRI perde o posto máximo da presidência da república quando Vicente Fox Quesada do Partido da Ação Nacional (PAN) com um discurso de “abertura democrática” ganha as eleições de 2000, acabando com 71 anos de continuísmo priísta. A esperança tomou conta então de amplos setores da sociedade mexicana, principalmente dos setores marginalizados ao longo dos anos pela política do PRI, dentre os quais os indígenas, que esperavam uma situação mais igualitária nas tomadas de decisões políticas.

Dentro de muito tempo as esperanças destes setores foram frustradas, pois a troca do partido no poder além de apresentar novos problemas como o crescimento do narcotráfico não apresentou uma ruptura no modo de fazer política:

se profundizaron y sofisticaron las prácticas anti-democráticas del viejo régimen; así como la marginación y exclusión económica a causa de la radicalización de las políticas neoliberales que comenzaron con los últimos gobiernos del PRI. En el caso de los pueblos indígenas las acotadas reformas constitucionales del 2001, que les reconocieron derechos de libredeterminación y autonomía, pronto mostraron sus límites al acompañarse de reglamentaciones que redujeron los alcances de los derechos reconocidos y que se acompañaron de políticas dirigidas a fomentar la privatización de las tierras indígenas y a facilitar la incursión del capital transnacional en zonas con recursos naturales atractivos a la demanda del capitalismo mundial.(ARAGÓN, 2013. p.3)

A crise econômica do Estado, o aumento da pobreza e o surto de violência alimentado pelos conflitos do tráfico de drogas eram elementos de um cenário mais amplo de crise na democracia eleitoral mexicana que perdura até os dias atuais. Esta crise representa a descrença no sistema partidário, principalmente os povos indígenas percebem que os partidos políticos se caracterizavam por

estar ausentes en lo que refiere a La promocion y defensa de los derechos de pueblos, comunidades y indígenas en lo individual... Percebendo ainda que las experiencias conocidas de acercamiento a la realidad indígena se perciben carentes de una actitud genuina, que muestre interés por el fomento y respeto a los derechos indígenas en lo general y, siendo más específicos, en los derechos políticos de los ciudadanos indígenas. (REYES In:DE LA VEGA,2011p.247, grifos meus)

A descrença partidária é então uma realidade mexicana que ajuda a criar nas populações inquietudes e busca de novas alternativas de governo. Uma “cultura” de aversão ao Estado se faz presente e a experiência zapatista ao sul do México aquece ainda mais o imaginário de desapego ao Estado como instrumento político cabível aos anseios de toda população mexicana. Com o vazio deixado pela ineficiência estatal, o tráfico de drogas começa a tomar conta do interior do país e é nesse cenário que a autonomia como discurso dos povos indígenas ganha força dentro do México. A relação conflitiva entre Estado e povos originários não é exclusividade mexicana no contexto latino americano. São diversas as reivindicações e organizações indígenas por toda América latina principalmente nas ultimas décadas do século XX.

## 2.2. Movimentos indígenas na América Latina:

Frente à crescente percepção da incapacidade dos Estados nacionais de atenderem suas reivindicações e a transformação da própria concepção dos povos originários, ocorrida pelo “resgate” do “ser indígena”, o que se viu no século XX foi o aparecimento de movimentos e organizações indígenas que ao longo dos anos transformaram suas reivindicações, paralelamente à reflexão sobre sua própria existência. Segundo Stavenhagen, estas mudanças nas concepções dos próprios indígenas foi influenciada pela presença dos programas de *desarrollo de la comunidad*, como o próprio INI efetuado no México. Apesar de seu caráter “aculturador”, estes programas influenciaram na percepção das elites indígenas de que as atividades e reivindicações que não dialogam a nível macro



não possuem impactos políticos realmente transformadores. Deste modo, seria necessárias alianças “étnicas” para se fazerem “escutar”. A identidade seria então o “vínculo unificador y agente movilizador. Así surgieron algunas organizaciones étnicas en el escenario político, cuyos líderes hablarían en nombre del grupo étnico como tal, en vez de hablar solamente a nombre de tal o cual comunidad rural particular.” (STAVENHAGEN,p.44)

Anibal Quijano entende o crescimento dos movimentos indígenas latino americanos como resultado também do processo de globalização que, apesar de gerar problemas à populações originárias, também leva a cabo a presença de meios de comunicação que rompem com o antigo estado de isolamento no qual estavam imersos as populações originárias, permitindo a existência de diálogos entre estes povos e o acesso à “informação”. Estes elementos favoreceriam a presença de “intelectuais indígenas” e também a reidentificação étnica pelo reconhecimento de sua semelhança com outros povos em situação parecida no “*sistema racial de discriminación y de dominación*”. Isto também favoreceu, segundo o autor, a quebra de um paradigma para a sociedade indígena pois, antes da existência destes meios ela se encontrava dentro do discurso nacional e intelectual como pertencente à classe camponesa, a particularidade étnica não era levada em conta, somente a situação de explorado frente o “capital” era priorizada, o que por vezes acabava por “abafar” a percepção do “ser indígena”, limitando o alcance na formulação e luta pelas demandas indígenas. Quijano alega que este processo de crescente reconscientização e reivindicação indígena se inicia após a década de 1960 com umas poucas organizações. Contudo, gradualmente se viu um aumento significativo no número de organizações pertencentes ao “movimento indígena” até a fama internacional destes com o movimento zapatista de Chiapas em 1994.

O chamado “atual movimento indígena” tem como uma das primeiras organizações a *Federación Shuar* que, em meados dos anos 1960, fazia uma reivindicação pelo respeito à sua etnicidade, diferentemente de outros movimentos da época, que tinham um apelo mais voltado às questões econômicas características das reivindicações camponesas. A *Federación Shuar* foi organizada pelos indígenas Amazônicos do oriente equatoriano para a defesa de seu território, mas, no decorrer do movimento os *shuar* também associaram esta demanda à reivindicação da manutenção e respeito de suas tradições e sua própria identidade cultural.(cf STAVENHAGEN,39). Outros movimentos e associações indígenas foram surgindo e mantendo constante a ideia do respeito à diferença. Diversos congressos

das organizações indígenas como a COICA (Coordinadora de Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica) e a UNCA (Unión Nacional de Comunidades Aymaras) foram marcados pelo debate sobre “el problema de la ausencia y de la hostilidad Del Estado fue explícitamente debatido y fue decidido, por eso, la necesidad y la urgencia de la autoridad comunal”(QUIJANO.p.33)

A reivindicação de autonomia comunal e étnica se manteve como um dos pilares do movimento indígena latino americano, exercendo influência e inspiração para nascentes movimentos indígenas. Estes estabelecem contatos e alianças com outros movimentos de outras localidades e de outros países, formando algumas confederações indígenas que passaram a se apoiar nas mais diversas disputas contra o Estado <sup>10</sup>. A própria ONU passa a organizar alguns congressos para tratar da temática indígena, os quais resultaram na inclusão da temática indígena nas declarações da ONU, como o convênio 169 sobre populações indígenas e tribais e a declaração da “*Década Internacional de los Pueblos Indígenas, también proclamada por Naciones Unidas (1995-2004)*” (STAVENHAGEN p. 42)

As novas reivindicações e os novos movimentos indígenas vêm obtendo conquistas significativas, algumas vezes rompendo a lógica colonial na qual atuam os Estados nacionais latino americanos frente às populações “marginais”, outras conseguindo estabelecer a autonomia em algumas localidades. O movimento indígena boliviano conseguiu depor o presidente Gonzalo Sánchez de Losada e atualmente conta com um presidente indígena, Evo Morales. Já na Nicarágua, em 1987, foi declarada a autonomia da Costa Atlântica. Muitas vezes essas reivindicações acarretam conflitos violentos como “El levantamiento Del ejército Zapatista de liberación nacional en México, la sangrienta guerra civil em Guatemala” (COUDER,2009 .p.1075)

Estas ações e estes movimentos, além da pressão sobre o Estado nas questões indígenas e a influência e inspiração de outros movimentos, abrem um campo de estudo interessante sobre o multiculturalismo, o pluralismo e suas ligações com o tema nacionalismo, cultura e política.

---

<sup>10</sup> Dentre estes movimentos podemos citar a Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazonia Equatoriana Ecuatoriana (CONFENIAE), a Associação Indígena da Selva Peruana (AIDSESEP), o Conselho Regional Indígena do Cauca (CRIC) na Colombia, a Confederação Indígena do Oriente Boliviano (CIDOB) dentre outras.



Observamos então diversas circunstâncias que fazem parte do processo no qual está inserido o “caso Cherán”: a descrença com o Estado mexicano, com o PRI e outros partidos políticos, a existência de um pensamento internacional sobre as questões indígenas e as tentativas de “aculturação” por parte do Estado são fundamentais para compreendermos o movimento que logrou a autonomia em Cherán. Imerso nesta realidade, não podemos analisar o “caso” sem levar em consideração quais são as posturas históricas dos Estados nacionais e suas elites frente os povos originários e qual a reação e pensamento indígena sobre sua realidade e a relação com o Estado.

A autonomia de Cherán também não é um simples reflexo destes fatores. Eles influenciam na configuração social, mas as particularidades do local dentre elas a questão identitária fazem com que os habitantes de Cherán interpretem seu “lugar social” de maneira única. Não podemos neste trabalho nos deixar levar pela idéia colonial de que os indígenas constituem uma homogeneidade. As circunstâncias locais são fundamentais para a formação do “mundo da vida” cheranense e devem ser levadas em consideração. Desta forma, partiremos agora à análise de algumas particularidades locais que contribuíram para a constituição da figuração social na qual o movimento teve origem.

## CAPÍTULO 3 – CHERÁN E ETHOS POLÍTICO

Este capítulo se volta agora para a localidade de Cherán e como foi construído o ethos político local analisaremos diversas experiências da comunidade com relação a conflitos políticos e reivindicações de direitos, as formas tradicionais de governo e organização social de Cherán também serão levadas em consideração neste capítulo, esta análise é fundamental para a compreensão da situação atual desta localidade.

### 3.1. Contexto local:

Para analisarmos os conflitos em Cherán devemos entender que experiências anteriores foram fundamentais para a construção e o desenrolar do movimento. Devemos então voltar às memórias de métodos antigos de liderança social, ao histórico de conflitos na região e até mesmo à existência de mecanismos de autodefesas já utilizados na localidade para compreender o “*ethos* local”, sendo este uma construção histórico-social. A auto-identificação como pertencentes à origem *p'urhépecha* é fundamental tanto para o sucesso do movimento como para compreendermos a importância da memória coletiva nas ações ocorridas neste caso, a própria memória coletiva é fundamental no processo de reconfiguração de identidades locais.

Memória coletiva, segundo Halbwachs “es la relación entre los recuerdos propios y los de otros dentro de la colectividad” (HALBAWACHS,2004). Fernandez define a memoria colectiva como “el proceso social de reconstrucción del pasado vivido y experimentado por un determinado grupo, comunidad o sociedad” (Fernández Christlieb, 1991). Ao propormos um olhar processual, se faz fundamental esta “atenção” à memória, pois “a memória de algunos momentos significativos es inseparable de La lucha cotidiana para lograr La sobrevivência”.(MOLGORA.p.31). Outros antropólogos, como Evans-Prichard, também frisam a importância da memória através do recurso à história para a compreensão de um povo já que ela forma parte do pensamento dos homens vivos influenciando na vida social. (EVANS-PRICHARD, 1990)

Cherán adota uma postura conflitiva por demandas sociais e políticas em diversas ocasiões e dentre estes “momentos significativos”, formadores de uma “memória coletiva” combativa, analisaremos alguns tipos de “lideranças” políticas que existiram ao longo da história, em particular analisaremos a figura de um personagem mítico na história de



Cherán, Casimiro Lopes Leco. Durante a Revolução mexicana, Leco organizou um exército de voluntários para uma dupla missão: proteger a cidade dos constantes assaltos durante o período revolucionário e a luta armada contra a Companhia Industrial de Michoacán. Analisaremos também os *zafarranchos*<sup>11</sup> motivados por disputas pelo controle político e pela exploração dos recursos naturais também são significativos. Os conflitos, muitas vezes com caráter partidário, por controle do domínio político durante grande parte do século XX também se fazem significativos para a compreendermos a “consciência política” dos habitantes de Cherán, que por diversas vezes ao longo da história recorrem e demandam a forma tradicional de controle político e demonstram insatisfação com o sistema partidário.

O modo como Conselho Maior de Cherán foi organizado pós 2011 também tem origem nesta “memória coletiva” que remonta ao modo como eram distribuídos os “cargos” da hierarquia em Cherán. Em fins do século XIX, a liderança da comunidade era exercida por aqueles anciões que “han cumplido sus obligaciones para com la comunidad, y forman un consejo que ejerce el poder y controla la seleccion de autoridades”(CARRASCO,1976). Durante esta época uma espécie de ronda comunitária exercia a “vigilância” do *pueblo* durante a noite. Este tipo de governo foi substituído por um processo de centralização do poder estatal através de uma “oligarquización de la política generandose un distanciamiento progresivo entre pueblo y elite” durante o século XX (MOLGORA,2004.p.76). Este processo de centralização leva também ao desaparecimento, em 1902, da comunidade indígena como forma legal perante a justiça mexicana, mas a influência da ideia comunitária não desapareceria - formas tradicionais, como a propriedade comunal, “teimavam” em existir mesmo frente as ações centralizadoras do Estado.

A ideia de resgate das “formas tradicionais” *p'urhépechas* que clamam por uma invocação do passado para lograr objetivos no presente é bastante corriqueira na história de Cherán já em 1869 alguns *comuneros* emitiram uma “carta” ao governador de Michoacán para a manutenção de seus territórios através dos argumentos

en primer lugar estaba la tradicion respecto al  
disfrute de los bienes em comum que com  
tanto sacrificio habian heredado de sus

---

<sup>11</sup> Conflitos que chegaram à eclodir em violência.

antepasados y se apelaba a la experiencia tomada de los pueblos indigenas em donde se habia llevado a cabo el reparto y em donde los indigenas habian quedado como extranjeros em sus próprios pueblos;sus terrenos habian sido monopolizados por la codicia de los ricos”(MOLGORA IBIDEM.p.85)

A manutenção dos bens comunais também era um dos objetivos de Casimiro Lopez Leco que enfrentou a Companhia Industrial de Michoacán. Esta contava com o apoio do projeto liberal do Estado mexicano, que visava a privatização de parcelas de terra que se encontravam “indisponíveis” ao mercado como, por exemplo, as terras comunais. O liberalismo e a privatização das terras seriam essenciais ao processo de construção da “nação” postura esta bastante criticada por Alfonso Caso.

A Companhia Industrial de Michoacán, sob o controle de Santiago Slade Jr, já em inícios do século XX iniciava uma exploração predatória dos bosques da região. Esta exploração foi autorizada através de relações entre Slade Jr, apoiado pelo Estado, e algumas autoridades locais como Fernando Chávez, que recebiam alguns benefícios em troca do “arrendamiento al señor Slade... de los montes de Cherán...para que la expresada compañía explote las maderas que contiene los montes de referencia” (MOLGORA,IBIDEM.p.18). Este contrato retirava o direito dos *comuneros P'urhépechas* de Cherán ao uso dos seus bosques. Esta situação revoltou alguns cheranenses, surgindo então uma “figura heróica”.

Segundo Molgora, Casimiro Leco indignado com esta situação no inicio da década de 1910 conseguiu formar um exército de 150 pessoas a maioria deles indígenas que ansiavam pelo “retorno a un estadio que había sido trastocado profundamente por la explotacion industrial del bosque y por la introduccion del ferrocarril.”(MOLGORA IBIDEM,p.19). O movimento de Casimiro já demonstrava sua diferença frente aos outros movimentos gerados pela Revolução mexicana de 1910 que tinham como principais metas a reforma agrária e a instauração da democracia política. Casimiro e seu grupo, por sua vez, lutavam pela não exploração indevida das terras comunais e a preservação das mesmas, luta esta que foi “vencida”, acarretando na manutenção dos bens comunais.



As tentativas de exploração e privatização dos bosques aliados à corrupção não terminaria nesta disputa. De fato, a exploração “clandestina de la madera se constiuye en una de las principales actividades a lo largo de diferentes epocas...la corrupcion continuaria”(MOLGORA.IBIDEM.p.49). Por diversas vezes o Estado foi chamado para a contenção desta exploração, mas acabava por também fazer parte dela, por conta dos casos de corrupção, como ocorreu nos acontecimentos pré 15 de Abril de 2011.

Além da manutenção dos bens comunais, as eleições por “*usos y costumbres*” era também uma realidade durante a década de 1920, diferentemente de outras regiões da própria Serra *p'urhépecha*. Desde então, Cherán elaborava suas eleições de acordo com o que hoje se chama “*usos y costumbres*”. As eleições eram então levadas a cabo em assembleias realizadas na praça onde o próprio povo nomeava seus representantes

Os partidos políticos pós década de 1920 começaram a se instalar e ganhar força na região, constituindo um conflito político constante ao longo do século. As ações de integração e incorporação do indígena de Cherán à “nação” também ocorreram sistematicamente com Lázaro Cárdenas como governador de Michoacán, entre 1928 e 1932. A ideia de “educar” o indígena, tentando efetuar a reforma agrária acabaria com propriedade comunal de bens. Em Cherán, em 1928, foi designado um presidente municipal “agrarista”, não eleito pelo povo, o que também gerou insatisfações. As políticas posteriormente adotadas pelo INI podem encontrar aí sua “origem” na ideia de desenvolver uma cultura nacional e mexicanizar o indígena.

Eram denominados “agraristas” as pessoas que queriam a reforma agrária e outros projetos governamentais, como o projeto de acabar com o apego da população à religião, substituindo este apego por um apego “cívico” através da implantação de uma educação socialista. Estes “agraristas” visavam o controle da área de bosque de Cherán e eram vistos pelo povo como “una minoria mandona, dueños del poder... amigos del gobierno, dispuestos a todo.”(SÁENZ,1992:57-58). Estas insatisfações entre os membros do “partido agrarista” e o povo de Cherán gerou enfrentamentos violentos conhecidos como “*zafarranchos*” como em 1932, quando os “agraristas” que eram avessos à temática religiosa, tentaram queimar o santo padroeiro da cidade, São Francisco de Assis. A população, não satisfeita, iniciou um conflito que teve como resultado “la expulsion temporal de los agraristas, tres decenas de muertos y multiples lesionados.” (MOLGORA,2004.p.124). Em 1938, a população se mostra mais uma vez insatisfeita com



os “políticos” ocorrendo até mesmo o assassinato do “síndico” do *ayuntamiento*<sup>12</sup>. Em agosto do mesmo ano ocorreria ainda mais violência, que culminaria com a “tomada de poder” pelo “*pueblo*” e a divulgação de uma nova “carta de indignação” dos *comuneros*, carta esta que mesmo sendo escrita na década de 1930 possui uma atualidade impressionante com a situação vivida em Cherán nos anos 2000.

los apoyos superiores que tienen os políticos ...de manera absurda cometiendo arbitrariedades sin limite;nos consideran como a bestias , no como parte integrante de un pueblo , sino como a enemigos de ellos; nos tratan como si estuviéramos apartados de la civilizacion. Toda la gente esta espantada y pide justicia, lo que dignamente se merece.(AHPJM,EXP25-938,febrero de 1938 In: MOLGORA 2004.)

Estes conflitos e manifestações demonstram que a maior parte da população se opunha aos projetos nacionais, inclusive aqueles que tratavam o índio como camponês sem levar em conta suas especificidades. Em Cherán, o projeto de substituir a comunidade indígena por uma comunidade agrária não foi bem aceito pela população, que continuou lutando pela manutenção das tradições e da existência das terras comunais. Mesmo após estes conflitos, os agraristas ainda conseguiriam o controle político de Cherán, algumas vezes através de ligações com a esfera estatal e federal, principalmente durante o período de Cárdenas como presidente mexicano. Pós-Cardenas o que se viu foi a consolidação do PRI como partido hegemônico, através de um discurso que remeteria sempre à revolução mexicana, com características “populistas”. Contudo, isso não impediu uma série de disputas na Serra *P’urhépecha* entre grupos membros do próprio PRI pelo poder local.

Nesta conturbada relação política em Cherán percebemos outros conflitos, como em 1948, ano em que ocorreu um “assalto” ao *ayuntamiento* pela alegação de fraude eleitoral do PRI para as eleições de Chéran. Contudo, o PRI mais uma vez conseguiu se manter no poder e começa um período caracterizado pelo *cacicazgo* comunal onde “elites políticas” lideradas por Jesus Hernandez Toledo controlaram o poder político em Cherán

---

<sup>12</sup> Que seria o equivalente à prefeitura dos municípios brasileiros.

durante os anos 1950 e 1960 com a ideia de modernizar *o pueblo*. (cf. MOLGORA,IBIDEM p.204). O chamado toledismo em Cherán se manteve hegemônico durante vários anos pelo uso sistemático da coerção com violência e ameaças. Segundo Roseberry, la hegemonia es una compleja unidad de coercion y consenso en situaciones de dominacion(ROSEBERRY, 1998.p.358). Durante essas décadas de toledismo somente quem pertencia ao PRI tinha “direito” de concorrer a algum cargo político.

O fim do toledismo se deu em 1969, quando alguns *comuneros* conseguiram organizar uma assembléia para a eleição de um novo representante dos bens comunais Plutarco Gomez. Este, por sua vez, também não atenderia as demandas dos cheranenses gerando ainda mais conflitos.

Outro destes conflitos violentos, gerando mortos e feridos ocorreu em 1976 e desta vez a disputa seria entre Plutarco e seus aliados contra os “benjamines” que representavam o renascimento dos pensamentos toledistas.

A treinta años de distancia del primer zafarrancho se produjo el segundo em condiciones nuevas; las facciones se habian polarizado em el grupo formado por el señor cura y em el grupo que continuaba bajo la influencia de los ricos, aquel dirigido por un líder y este por los tres benjamines, ambas facciones alineadas em el partido del gobierno... la faccion de Plutarco Gomez , había acumulado tanto poder economico que este estaba legitimado por las mejoras hechas al pueblo ; la construccion del palacio municipal , de la escuela secundaria y primaria (CASTILE,1982:148)

Após este conflito violento dentro das próprias fileiras do PRI, surgiu em Cherán uma verdadeira repulsa dos moradores ao modo como este partido e os “políticos” estavam exercendo poder dentro da comunidade. A aversão à questão partidária, que seria uma das grandes marcas do movimento de 2011, surge já em 1976, expressando-se através de “pichações” nos muros da cidade com dizeres como:“ Muera el mal gobierno, Muera el PRI, Mueron los caciques, Queremos outra revolucion, Abajo la Burguesia, Comunero no te dejes engañar, Muera Plutarco Gomez y su gente, Viva la revolucion” .(MOLGORA,2004. p.214)



A disputa política estava de tal modo contrastante com a vontade do “*pueblo*” que este começa então a manifestar sua insatisfação em uma nova carta dos “vecinos de Cherán” ao governador, acusando as elites políticas da cidade de mandos e desmandos, além de frisarem novamente o problema ambiental como uma das preocupações da comunidade de Cherán. Segue trechos da carta que denuncia os:

ricos terratenientes cuya voluntad era la ley... Así empezaron los asesinatos de toda la gente que em una y outra forma se les oponia ... Pero no solo hicieron uso de los asesinatos para reafirmar su posicion politica , sino que empezaron a enriquecerse mediante el empobrecimiento de nuestros montes. Estando como representante J. Jesus Hernandez Toledo, para que pueda usted formarse una idea de los verdaderos destrozos de nuestros bosques, basta senalar que em el termino de 6 meses , y com la ayuda de 100 elementos adictos al grupo, dejaron sin arboles uno de los cerros mas bellos y que se caracterizaban por la frondosidad de sus arboles...Actualmente há habido entre las gentes de los caciques y autoridades una escision, seguramente por no poder ponerse de acuerdo com la forma de seguir estafando al pueblo ,lo que há dado lugar al nacimiento de un nuevo grupo , que tan solo aspiran a seguir viviendo a costa del pueblo de Cherán.(AHPM ,Ramo Municipios,Subramo Cherán , 2 de marzo de 1975.In: MOLGORA, p.216)

Os protestos em relação às autoridades continuaram em 1989, relacionados aos já citados conflitos eleitorais na eleição do presidente da republica. Cherán pede a renuncia de seu presidente municipal, sob a alegação de que este não era *p'urhépecha*. O próprio “*pueblo*” organizou as eleições para a presidência municipal, levadas a cabo para substituir Octavio Rios; estas aconteceram de acordo com os *usos y costumbres*



el 12 de enero de 1989 se llevo a cabo un plebiscito para elegir un presidente popular. En los cuatro barrios presentaron candidatos y hubo votaciones en la plaza. Adalberto Munoz fue electo ... Se instaurou assim por um ano... el llamado gobierno popular. Nombraron policias y realizaron tareas próprias de cualquier ayuntamiento bajo la forma de una Junta de Administracion...el gobierno pararelo no recebio apoyo economico del gobierno estatal...( ACEM , legislatura LXIV, Acuerdos , 8 de marzo de 1989.grifos meus)

Percebemos que a experiência de “autogoverno” após a “deposi ao” de um presidente municipal já tinha ocorrido em Cherán antes de 2011. Esta nova elei ao e o governo popular mostra mais uma vez a importância do “*ser p'urhepecha*” em Cherán, demonstrando que as tradi oes não eram esquecidas e se faziam e fazem presentes na vida política e social de Cherán. Posteriormente, o próprio Munoz seria eleito presidente municipal cheranense com reconhecimento do estado de Michoacán em fins de 1989. Munoz teria como característica de seu governo o reconhecimento de seu “*pueblo*” como um “*pueblo p'urhepecha*” preocupado no resgate a suas tradi oes. Tal postura contribuiu para a conscientiza ao da necessidade de que os “locais”   que deveriam participar das tomadas de decisão em Cherán. Esta postura representou uma mudança na comunidade indígena, com um processo de reinven ao e resgate das tradi oes fundamentais na construçao da memória coletiva, até os dias atuais.

A ideia da necessidade de manter a origem *p'urhepecha* entre os governantes de Cherán era recorrente entre seus habitantes, pois somente um indígena poderia governar bem este “*pueblo*”, por possuir “el conocimiento de las tradiciones y gracias a esse conocimiento podia gobernar respetando la cultura “tradicional”. A ideia do ser *p'urhepecha* também fez surgir movimentos indígenas na região como   o caso da *Na ao p'urhepecha* que teve papel importante na suspeita de fraude nas elei oes para deputado em 1994. “En Cheran se organizo un movimiento pos electoral muy peculiar... bloquearon la carretera y detuvieron camiones de pasajeros ... tomaran las instalaciones del INI y , a travez de la radio comenzaron a difundir sus puntos de vista argumentaban fraude

electoral....abanderados por la nacion purepecha habitantes de distintas localidades de la sierra... pediam respecto a la voluntad popular”. (MOLGORA.2004.p.276)

A aversão aos partidos era crescente entre os moradores de Cherán e, em 1997, uma reunião organizada pelo padre da igreja principal de Cherán para tratar de assuntos políticos possibilitou a percepção desta repulsa de maneira clara. Marco Antonio Molgora esteve presente nesta reunião e em seu livro comenta as opiniões apresentadas pelos participantes que

hablaron muy mal de los partidos políticos. Una buena parte de los oradores consideraron que todos los partidos politicos eran iguales y que lo único que provocaban eran divisiones internas;se quejaban de que los partidos unicamente llegaban a los pueblos em periodos electorales para pedir el voto y para prometer cambios , pero que una vez realizadas las elecciones ,nunca volvian.(MOLGORA. IBIDEMp.284)

A própria Nação *p'urhépecha* já fazia demandas relacionadas à aversão aos partidos como as demandas por autonomia das regiões indígenas feitas durante o *Foro de Consulta Estatal sobre Derechos y Participacion Indígena*, realizado em Morelia em 9 de dezembro de 1995. As tradições e sentimentos de pertencimento a *raza p'urhépecha* também foram incentivados pelo inicio da comemoração do ano novo *p'urhépecha* que, como um rito, celebra a etnicidade e “há implicado la reinvencion y recuperacion de simbolos prehispanicos , coloniales y modernos de los purhepecha”.(HERNÁNDEZ, 1999 p. 256)

Este cenário local de resgate ao *ser p'urhépecha* e suas tradições, inclusive de organização política, aliada à da memória coletiva em torno dos conflitos políticos e sociais, o resgate da figura de Casimiro Leco como defensor da comunidade e da natureza e a crescente descrença e aversão aos partidos políticos, formam a figuração histórico

social cheranense, figuração<sup>13</sup> esta que é fundamental na ação e nos rumos que serão tomados em Cherán pós 2011.

El autorreconocimiento reconstruido así viene siendo un factor fundamental para la resistencia. Porque “las culturas indias no son resistentes por naturaleza, sino por determinación, y esta determinación es la que necesita ser alimentada y orientada” (MALDONADO, 2004. p. 298)

Na próxima etapa de nosso trabalho analisaremos a situação de conflito que se instaurou em Cherán pós 15 de abril de 2011 e também como este conflito propiciou a organização comunal e a implantação do autogoverno.

---

<sup>13</sup> Figuração social que significa relações entre grupos que são forçados a uma relação de interdependência através de uma obrigatoriedade situacional. Este conceito é utilizado por mim com base em :ELIAS, Norbert ; SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar,2000.



## CAPÍTULO 4 – MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO E EXPERIÊNCIA DE AUTO GOVERNO

Nesta etapa do trabalho procuramos através da análise do discurso de alguns habitantes e pesquisa de outras fontes entender as demandas deste “pueblo” e o desenrolar dos acontecimentos conflitivos nesta localidade em 2011, bem como o impasse entre Cherán e o Estado Nacional Mexicano.

O conflito de 2011 foi motivado pela crescente poda dos bosques comunais de Cherán. Este desmatamento indiscriminado estava sendo levado a cabo por máfias locais e madeireiros que reduziram o bosque de 27 000 hectares para 7 000 em apenas três anos. Esta “nova” leva de desmatamento começa em 2008. As “máfias locais”, envolvidas com o narcotráfico, ou, como são conhecidos no México, os “cartéis”, eram lideradas por *el guero* líder regional dos *Caballeros Templarios*, cartel que teria o domínio do Estado de Michoacán. El guero é apontado abertamente em Cherán como a pessoa que “comanda” a derrubada ilegal de árvores e organiza a cobrança de cotas para a “proteção” aos comerciantes locais (TURATI & CASTELLANOS, 2012.p.32)

Quando iniciou a poda da área florestal, as pessoas do vilarejo pediram sistematicamente ajuda ao governo, tanto em esfera municipal como estatal, mas os representantes do Estado isentaram-se de toda responsabilidade pelo ocorrido em parte pela própria ligação entre o Estado e os “cartéis” dominantes do tráfico de drogas. O povo de Cherán, perante a falta de atuação por parte do governo, aliado ao histórico de insatisfação com o Estado decidiu começar uma “cruzada” para eliminar os abusos tanto por parte do Estado como por parte dos “madeireiros”, fazendo com que os habitantes de Cherán permanecessem entrincheirados no vilarejo.

A população encontrava-se inconformada com a situação da exploração de seus bosques e a falta de amparo governamental para resolução da questão nos anos anteriores. Contudo, o temor às represálias não permitiu o imediato levante contra os exploradores, pois isto significava também um confronto contra o narcotráfico já que “as redes clandestinas do crime organizado conseguiram se tornar o governo de verdade, o Estado fantasma local, em muitos povoados e municípios rurais” (GLEDHILL,2012.p.462) no estado de Michoacán e também em diversas outras regiões mexicanas. Todavia, este temor

não impediu o crescimento da inquietação frente os abusos que continuavam até o dia 15 de abril de 2011.

O “*Ya basta!*” de explorações, que gerou o enfrentamento, começou por iniciativa das mulheres que, no dia 13 de Abril, confeccionaram alguns panfletos convocando a população a se unir, programando para o dia 16 de abril uma represália contra os madeireiros. Os panfletos continham o seguinte comunicado:

Al pueblo de Cherán se hace una invitación para que reflexiones de las cosas que están sucediendo, y que las autoridades no hacen nada, no se preocupan por defender los bosques, por lo que se te pide: organízate en tu calle, colonia o barrio, para defender el ojo de agua de la ‘cofradía’ ya que es uno de los manantiales que abastece una parte de Cherán. Este escrito no pertenece a ningún partido político, se hace porque da tristeza de cómo están quedando los cerros, sabemos que los árboles son los que retienen el agua de las lluvias. Ya Basta. (CASTILLO,2012)

O panfleto se preocupa em frisar que este é um movimento desvinculado de partidos políticos, conclamando os *comuneros* a “*Jarojpikua*” que em *p’urhépecha* significa *ayudarse unos a otros*. Deixando clara a idéia de organização autônoma, com bases na identidade *P’urhépecha*, para a “retomada” do controle dos bosques. O conflito foi antecipado para o dia 15, ao perceberem que as arvores que estavam sendo cortadas naquela madrugada eram as próprias arvores pertencentes aos mananciais de “*La cofradia*” um lugar sagrado para os *p’urhepechas* de Chéran.

Ao perceberem isto, algumas mulheres se uniram lançando se contra os executores de abusos ambientais, os “madeireiros”, impedindo a saída dos caminhões carregados de madeiras da área de mata. Durante o conflito os sinos da igreja de Cherán repicaram como modo de convocação da população que, ao perceberem que “algo” estava acontecendo juntou-se ao conflito. Neste primeiro enfrentamento com os madeireiros morreram duas pessoas de Cherán e foram presos 5 “madeireiros”, que posteriormente seriam “resgatados”



pela polícia municipal, gerando uma “revolta” ainda maior da população frente às autoridades.( cf. EQUIHUA,2011)<sup>14</sup>

O movimento esteve sempre aliado às origens étnicas na formação de um “*ethos* local” que favorece a preservação da natureza. Isso se faz perceptível nas próprias palavras de uma Cheranense, ao defender a necessidade de luta contra a exploração:

es una lucha justa, es una lucha social en defensa de los recursos naturales pues la naturaleza, la madre naturaleza que aca llamamos Naná Etcherí. La consideramos nuestra madre pues es ella que nos da alimento ella que nos ayuda a sobrevivir.(DIAZ, 2012)<sup>15</sup>

Devido à contínua destruição dos bosques de Cherán, a natureza foi sendo tomada aos poucos pelos madeireiros e por narcotraficantes, perdendo assim os habitantes de Cherán um espaço tradicionalmente seu, as terras comunais, que já foram responsáveis por tantas disputas ao longo da historia cheranense, levando à própria criação de “lendas” como Casimiro estavam sendo agora mais uma vez violadas, esta “memória coletiva” de defesa dos recursos naturais tradicionalmente “cultuados” passou a mobilizar toda a comunidade e o discurso de defesa da natureza em prol de todos e do futuro foi fundamental para a unidade de Cherán. Este fortalecimento no sentimento de união e etnicidade contribuíram para a reação tão drástica frente ao abuso ambiental e a apatia do governo. Este confronto de 15 de Abril desencadearia toda a raiva aliada à mobilização de um vilarejo que se encontrava até então curvado às políticas estatais e ao poder das máfias locais.

Após o primeiro enfrentamento foi se formando o movimento que desencadearia a supressão da polícia e a separação do governo central. A decisão de ação deste "pueblo" partiu do não atendimento do Estado e das autoridades locais aos pedidos de ajuda, da crescente desconfiança de coligação Estado e crime organizado e da idéia da natureza como algo “sagrado”.

---

<sup>14</sup> Conforme o periódico local La jornada Michoacana de 19 de abril de 2011.

<sup>15</sup> Este depoimento foi retirado da entrevista de uma Cheranense para o documentário de Salvador Diaz chamado Comuna de Cherán.



O histórico das ações do Estado na região ao longo dos anos cooperava para a percepção da comunidade que era necessário se desvencilhar desta instituição que tanto já os tinha prejudicado e ignorado e agora apoiava os “cartéis” em detrimento do *pueblo*.

Hoy nos enteramos que por detrás del crime organizado estan los políticos, esta el gobierno. Estan relacionados todas las partes del gobierno por que a ellos tenemos asinalado lugares, nombres, los tenemos dados todas las pistas para que puedan atuar y se hacen de la vista gorda y andan haciendo todo los tipos de cosas menos buscar la manera de atracarlos.(DIAZ, op cit)<sup>16</sup>

Desta forma, muitos se colocaram dispostos a agirem em prol de seu *pueblo*, enfrentando o crime organizado por meio de armas, mesmo que isso pudesse lhes custar a vida, tal o sentimento identidade e pertencimento dos habitantes com sua comunidade. “ Soy de Cherán y estoy dispuesto a dar mi vida por mi familia mi pueblo y los bosques, mas que nada por el futuro sien arbores no hay agua, sien agua no hay vida” (DIAZ,op. cit). Com esta convicção, foram criados grupos de vigilância responsáveis pela segurança do povoado, dos bosques e da “proteção” de barricadas “levantadas” nas entradas da cidade. Estes grupos de vigilância passaram a fazer o controle de entrada e saída dos que passavam por Cherán.

Percebemos que em Cherán o conflito se deu não somente por questões de infraestrutura. A cultura local, ligada à natureza, o histórico de “luta” e o abuso do poder estatal, inclusive nas ditas ações indigenistas, aliados à perda da sensação de segurança, também contribuem para que este conflito se torne “vivo”. Essa visão de conflito social pode ser encontrada em Touraine: “O conflito não está mais associado a um setor considerado fundamental da atividade social, à infra estrutura da sociedade, ao trabalho em particular; ele está em toda parte “(TOURAINÉ, 1989 p.13).

---

<sup>16</sup> Entrevista concedida ao documentário já citado por um membro da ronda comunitária com o rosto sob máscara preservando sua identidade pela temeridade de alguma repressão do crime organizado.

Frente à descrença popular para com o Estado, os partidos políticos que o representam e a necessidade de uma melhor organização do “*pueblo*”, foi criada a *La Coordinación General del Movimiento de Lucha de la Comunidad Indígena de Cherán* (ALONSO,2012p.19)<sup>17</sup> com o intuito de exigir frente o Estado o reconhecimento de um governo que atenda aos anseios de Cherán. Este governo deveria ser conduzido e eleito através da tradição *p'urhépecha* do *pueblo* de Cherán, sem nenhuma interferência externa. Iniciando desta maneira a “luta” pela criação e reconhecimento de um governo autônomo, quebrando o paradigma da manutenção do poder nas mãos de “elites” políticas vinculadas a partidos políticos - o que foi outra grande batalha, pois a Constituição do México não contempla o direito de auto-governo de vilarejos ,mesmo que de origem indígena, apesar da já existência de artigos que reconhecem a multiculturalidade do Estado mexicano -, estes artigos não garantiam o efetivo respeito das autoridades à etnicidade indígena. Tendo isto em vista o povo de Cherán se amparou nos artigos 5 e 6 do Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho e nos artigos 18 e 19 da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, assinada em 2007, decretando que “ os povos indígenas possuem direito a livre determinação. E em virtude deste direito determinam livremente sua condição política e perseguem livremente seu desenvolvimento econômico social e cultural” (ONU,2007). O México já tinha assinado estes acordos internacionais, mas não o faziam valer em seu território; começava assim uma grande batalha também no campo jurídico para o reconhecimento da autonomia de Cherán.

O processo jurídico foi fundamental para que o movimento conseguisse sucesso, já que ao optarem por um dialogo pela via “legal” frente o Estado nacional, conseguindo colocar sua demanda não como apenas um “levante violento” e sim como uma demanda “justa” e “legal” alinhada com diversas demandas dos povos originários em todo mundo, exigindo assim o respeito oficial do Estado a seus anseios e reivindicações através de argumentos presentes nos acordos oficiais, dentro de um linguajar “jurídico” que expressava a vontade e realidade social deste *pueblo*. Nesta etapa, o movimento contou com o apoio de “cuatro jóvenes abogados que decidieron jugársela con este pueblo. Dos de ellos nacieron en Cherán: Salvador Torres y David Romero; a ellos se unieron Orlando Aragón y Érika Bárcenas.” ( DURÁN p.40). Estes advogados ao utilizarem o direito como fator de emancipação (SANTOS,2003) conseguiram

---

<sup>17</sup> Nome retirado do periódico La Jornada , publicado em Morelia dia 10/02/2012



un histórico triunfo en la arena judicial que la comunidad obtuvo en el 2 de noviembre de 2011, en la Sala Superior del Tribunal Electoral de Poder Judicial de la Federación (TEPJF). Mediante la sentencia número SUP-JDC-9167/2011 del Juicio para la Protección de los Derechos Políticos-Electorales del Ciudadano, los purépechas de Cherán obtuvieron el derecho, que hasta ese momento no se les había reconocido ... para realizar la elección de sus autoridades municipales por un mecanismo de “usos y costumbres.”(ANDRADE,2013.p.39)

A partir deste reconhecimento foi criada e eleita uma comissão geral de autogoverno chamada de Conselho Maior eleito em 18 de Dezembro de 2011. Cherán conseguiu o direito frente ao Estado de Michoacán de não participar das eleições para Governadores e Presidentes Municipais ocorridas em 22 de janeiro de 2012, sendo acatadas pelo Instituto Eleitoral de Michoacán as ordens de esferas superiores como a própria ONU. Contudo, mesmo após a vitória em instância federal descrita acima, o Estado de Michoacán insistia que Cherán apresentasse “la estructura que es uno presidente uno secretario, entonces”(MichoacanCheran.blogspot.mx). Porém, novamente se recorreu a instancias “legais” para o apelo da comunidade, que foi levada por alguns representantes do povo de Cherán ao Congresso nacional mexicano: “fuemos hasta la Ciudad de México para pedir al Congreso que reconozca nuestro consejo lo cual se lo logro” , alega J. Trinidad Estrada Avilés membro eleito do Conselho Maior (cf. MichoacanCheran.blogspot.mx). Assim, no fim de Janeiro de 2012, Cherán teve sua forma de governo reconhecida juridicamente pelo Governo Nacional Mexicano e em 5 de Fevereiro de 2012 o Conselho Maior foi legalmente empossado.

O Conselho Maior foi eleito pelos usos e costumes. Esta eleição ocorreu através da escolha de representantes dos quatro bairros de Cherán, sendo três representantes por bairro. A candidatura de cada um deles não partiu de iniciativa pessoal dos candidatos e sim da escolha dos próprios *comuneros*, e a eleição dos candidatos escolhidos pelo povo foi feita por meio de assembléia em cada bairro. O Conselho Maior é composto de 12 pessoas os 12 “keris” tendo todos os membros a mesma hierarquia de “servidores do povo”, tendo todos seus membros feito juramento público no dia da posse garantindo



defender alguns princípios como: “servir e no servirse compañeros; ... y representar y no suplantar, representar la palabra de cada fogata barrio y la comunidad para llevar la palabra a donde sea necesario y el pensamiento de nuestros hermanos comuneros”. (DIAZ,2012)<sup>18</sup>

As decisões deste conselho são tomadas por meio de Assembléias Populares realizadas na maior parte das vezes na praça principal da cidade, onde se encontra rodeada pela Igreja e pela Casa Comunal - esta era o antigo Palácio Municipal -, que recebeu este nome quando da posse do Conselho Maior (Instituto de Transparencia y Acceso a la Información Pública del Estado de Michoacán,2013).

Segundo J. Guadalupe Teandón Chapina, as pessoas que prestam serviços a Cherán não possuem salário, somente uma pequena compensação, e isto vai desde os membros do Conselho Mayor até as pessoas que cuidam da limpeza do prédio e da cidade “*Quien está gobernando al pueblo, es el mismo pueblo*” (DIAZ, *op. cit.*)

Além do Conselho Maior foram criadas também outras comissões para a maior eficiência do governo como as: “comisiones de honor y justicia, de prensa y propaganda, alimentos, finanzas, educación y cultura, forestal, del agua, de limpieza, de jóvenes, de agricultura y ganadería, de comercio, de identidad, y finalmente de la salud (ARAGÓN, 2012: 43). Estas outras esferas do governo cheranense também obedece ao critério de realizar as vontades do *pueblo*; desta forma, as decisões são sempre tomadas em torno das *fogatas*, também por meio de debate e voto em assembléias.

Os habitantes se organizaram em volta de quatro bairros e neles foram criados corpos de vigilância os quais posteriormente deram lugar às rondas comunitárias, que são rondas noturnas feitas por voluntários do vilarejo para garantir a segurança de todos enquanto dormem esta ronda é uma pratica antiga já que “hasta la década de los treinta del siglo XX (uma ronda comunitária) se había encargado del orden en la comunidad por las noches” (ARAGÓN, *op.cit.*, p. 42).

Uma série de “*fogatas*” também foi feita nas ruas e servem como uma espécie de entreposto da ronda comunitária. As *fogatas* são fogueiras que foram acendidas em quase todas as esquinas de Cherán, chegando a totalizar 194 fogueiras. Elas são pontos de discussão das ações do movimento e também de apoio à ronda comunitária, pois é na “*fogata*” que a ronda encontra comida feita na hora e o apoio das pessoas que estão em

---

<sup>18</sup> Juramento este filmado e apresentado no documentário Comuna de Cherán.

volta desta fogueira como meio de solidariedade à ação da ronda comunitária. Tal organização levanta a idéia de que todos têm de se ajudar, vizinho ajudando vizinho, quadra por quadra, para garantirem a segurança de Cherán e a proteção de sua natureza. As *fogatas* servem ainda como mecanismos de reforço identitário e de deliberação, pois elas são freqüentadas por crianças, mulheres e anciões que ao redor do fogo, sagrado para os *p'urhépechas*. Ali, contam historias dos ancestrais e “ensinam” as crianças as tradições e o “orgulho” de ser *purepecha*, além de discutirem a situação atual do povoado propondo e aprovando ações das comissões de governo. Através das fogueiras todos se sentem participantes do “movimento” participando da discussão do presente através de uma já antiga prática *p'urhépecha* de “educação”.

As fogueiras ou *parankua* são uma marca da memória coletiva *p'urhépecha*: “La *parankua* ha educado a las comunidades desde antes de la llegada de las escuelas y sus enfoques. Desde la cosmovisión *p'urhépecha*, se dice que un *tatá k'eri Janhasti* (persona mayor con conocimiento), define este espacio como aquél donde se configura la vida misma” (LIRA,2013p.65)

Em 2011 foram criadas oficinas, levadas a cabo nas próprias fogueiras. Dois tipos de oficinas foram organizadas, uma com participação majoritariamente de jovens entre 15 e 20 anos e a outra organizada para a participação das crianças. A frequentada pelos jovens foi denominada como Jovens Unidos Por Cherán, que tratavam problemas relacionados à migração, mulher e meio ambiente. A partir destas oficinas foi criada a Rádio Fogata, uma rádio comunitária com intuito de manter a população informada sobre os acontecimentos locais, como eventos e reuniões comunitárias envolvendo ao longo do tempo toda população. Uma das alegações dos moradores é que esta seria uma forma do governo não controlar as informações tornando as acessíveis a todos. (CARABALLO, 2012).

A presença de um meio de comunicação organizado por gente da comunidade e que trata de assuntos relacionados à realidade local através da língua *p'urhépecha* é um fator fundamental também para a alimentação do sentimento de etnicidade e resgate à tradição. A semente das rádios comunitárias em ambiente indígena não é exclusividade de Cherán. A implantação de algumas rádios comunitárias já tinham sido feitas pela ação do INI durante a década de 1980, mas este organismo era controlado por funcionários do Estado, então o indígena não participava da produção do conteúdo que iria ao ar; quando existiam



indígenas trabalhando nas rádios eram trabalhos não criativos. Contudo, durante a época do “indigenismo de transferência” iniciou-se a inclusão de pessoal “nativo” no controle do material que iria ao ar nas rádios comunitárias. Desta forma, a estrutura montada pelo INI foi fundamental para que os povos originários mexicanos tivessem a possibilidade de contarem com um meio de comunicação transformando o projeto inicial da rádio que seria mais uma ferramenta do INI em uma “voz” às populações indígenas. Este empoderamento dos meios de comunicação é fundamental para o sentimento de que o povo tem sim sua voz, além de ajudar na questão da visibilidade do movimento como um “todo”. A noção de visibilidade é utilizada por Thompson (THOMPSON,1998) para se referir à capacidade dos meios de comunicação de apresentar, frente à sua audiência, uma imagem determinada de pessoas e instituições aumentando assim seu poder simbólico. No caso da *rádio fogata*, esse meio de comunicação retira a identidade *p'urhépecha* da marginalidade estatal, colocando-a como de interesse público. Entendemos essa ação como uma forma de empoderamento, tal como concebido por Kleymeyer : “es la adquisición de ciertas capacidades y habilidades por parte de personas con bajo poder, que tiene como resultado la superación de barreras, la reducción de la dependencia, y la obtención de control sobre los procesos sociales en que están inmersos (KLEIMEYER,1994 p.17)”. Neste sentido, podemos perceber que o empoderamento se dá não somente nos meios de comunicação e sim em outras esferas como a própria política contribuindo para o sucesso na mudança do “regime” de poder.

As lutas começaram há mais de três anos e o “empoderamento” político segue em Cherán com sua repulsa frente aos grupos políticos externos. “*La expulsión de los partidos políticos fue, es, y seguirá siendo nuestro objetivo fundamental. Viva el pueblo.*” Declaram em sua conta oficial de Twitter.

A decisão de Cherán pela autogestão legalizada foi mais uma decisão de resolução imediata dos problemas retirando a incerteza de que a comunidade ao não se organizar perderia o controle político para “outros” como ocorreu ao longo da história. Os habitantes desse vilarejo já se encontravam revoltados pela falta de aplicação efetiva da lei pelo Estado e por falta de controle sobre o crime organizado na região, vendo como única alternativa a tomada de iniciativa. É comum nos discursos dos habitantes locais a idéia de eles mesmo fazerem valer a “lei”.



En esta region ya no hay lei ya no hay gobierno vamos hacer que se aplique la ley por que los criminales estan agindo por plena liberdade poque no hay nadie que los detenga”(trecho da carta de abertura do Encontro Nacional de Resistencias autônomas anticapitalistas,2012)

A repulsa aos partidos políticos e a sensação de que o Estado é nada mais que cúmplice reforça a necessidade dos habitantes de Cherán em mantê-los longe deste *pueblo*. A unidade mais que nada é o argumento dos habitantes de Cherán para explicar o porquê desta aversão tão grande aos partidos. É recorrente o argumento que os partidos só serviam para a desunião do povo através de uma disputa que não era necessária a Cherán, com o fim destes é possível que os habitantes deste *pueblo* pensem não mais nas siglas políticas e sim no bem comum de sua comunidade.

Um fator interessante do caso Cherán foi o aproveitamento do universo midiático para reivindicação, busca de apoio e publicidade do movimento revolucionário que implantaria um novo modelo de governo.

Por meio da internet está sendo construída toda uma rede de informação e conquista de simpatizantes e seguidores da causa de Cherán. Inicialmente a página da web *Micheran.com* funcionava como uma espécie de gabinete de comunicação, já que os usuários poderiam ali conseguir informações e se relacionar entre si dando lugar a uma comunicação exponencial. Este site se encontrou inativo por um tempo se transformando e mudando seu endereço na web o site *MichoacanCheran.blogspot.mx* faz agora a função do antigo site. Ultimamente existem inúmeros grupos e perfis no *Facebook* que ajudam a divulgar as demandas de Cherán. Um exemplo da eficiência deste tipo de comunicação foi o incêndio que se iniciou no dia 13 de abril de 2013, no qual houve a chamada por voluntários através de um dos perfis do *Facebook* afim de se combater o incêndio, rapidamente já existia um bom número de voluntários, segundo os próprios responsáveis pelo perfil *YoamoCherán* no *Facebook*.

Também através de internet ou por cartas, Cherán vem recebendo constante apoio de instituições e particulares. Não é único o caso de intelectuais famosos apoiando a causa de Cherán, Pablo Gonzales Casanova, sociólogo e ex reitor da UNAM (Universidad Nacional Autónoma de México) chegou a escrever uma carta para o povo de Cherán e os organizadores do Encontro Nacional de Resistências Autônomas Anticapitalistas; Luis

Villoro, famoso filósofo Mexicano também se manifestou em apoio a Cherán. Segundo J. Guadalupe, membro do Conselho Maior em entrevista concedida a Salvador Diaz em seu documentário já citado “Comuna de Cherán”, é comum a chegada de apoio de diversos países, por meio da internet e é comum também o apoio de universidades tanto regionais como internacionais. Diversos músicos também manifestaram apoio gravando canções sobre Cherán e ajudando a divulgar ainda mais as idéias do movimento e clamando pelo respeito ao pueblo de Cherán: músicos como Hector Guerra, a “Pachamama Crew”, Lengualerta, Hueso, Rubén Albarrán e Roco Pachukote e vários outros ajudam a divulgação e fortalecimento das pressões em prol do movimento de Cherán.

Estes diversos apoios foram fundamentais, segundo um dos próprios advogados da causa “Primero, porque mantuvieron en los primeros lugares del escenario político al movimiento de Cherán y segundo porque a partir de esta permanencia y visibilidad se logró que la propia Sala Superior (uma espécie de superior tribunal federal brasileiro) se sintiera presionada y comprometida para resolver el juicio presentado por la comunidad con el mayor cuidado y transparencia posible.(ARAGON, *IBIDEM*, p62).

Após a “vitória” de Cherán percebemos que hoje a cidade ainda está consolidando seu autogoverno, ainda lidando com algumas dificuldades no quesito segurança, principalmente frente aos distúrbios ocorridos pela “caça” ao narcotráfico na região, fenômeno este que ocorreu no ano de 2013 com a “explosão” de diversos grupos de autodefesa no Estado de Michoacán. Estas autodefesas foram influenciadas pelo movimento de Cherán, contudo são de caráter diferente por não serem propriamente organizadas por comunidades indígenas. Porém, a idéia de repulsa ao Estado e a busca pelo fim da influencia do narcotráfico, representado pelos Cavaleiros Templários, na região são os objetivos destes movimentos.

O aumento da violência civil e o surgimento de grupos armados em diversas cidades forçaram o Estado nacional a autorizar a ação do exercito e da policia federal na área para ajudar no combate ao narcotráfico e também para tentar realizar um controle sobre os grupos de autodefesas; em fevereiro deste ano cerca de 40 mil pessoas armadas estavam por toda Michoacan(VÁZQUES,2014)<sup>19</sup>. A influencia de Cherán também ocorre em outros movimentos indígenas ou não indígenas que procuram a autonomia abrindo um precedente legal para os mesmos e demonstrando o sucesso do manejo das questões

<sup>19</sup> Artigo escrito por Patricia Monreal Vázquez para o site <http://www.cambiodemichoacan.com.mx/autorinfo-9>

identitárias aliadas ao aparato judicial com foco nas questões locais sob um prisma global reconhecido pela própria ONU, alguns movimentos escolheram a cidade de Cherán como sede do Encontro Nacional de Resistencias autônomas anticapitalistas, em 2012.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia dos habitantes deste *pueblo* é que seu exemplo seja seguido pelos povos subjulgados, seja pelas máfias locais, abandono do Estado, ou forças externas. Neste trabalho, tentamos fazer um levantamento histórico-social da realidade de Cherán, aliada ao contexto nacional e internacional da formação das sociedades indígenas e sua situação frente ao Estado nacional. Somente após esta percepção processual pudemos contextualizar questões importantes para a deflagração do movimento, como o desgaste político das instituições, o autogoverno e o resgate a identidade, após o sofrimento da tentativa de “mexicanização” do índio pelo Estado nacional elementos somente compreensíveis a partir deste olhar processual. Após esta etapa, passamos a tentar escutar a voz dos Cheranenses, com suas demandas e motivações, em prol da manutenção de sua forma de vida, que culminaram com uma revolução na qual o “poder” político chega em fim às mãos da comunidade. Cherán se apresentaria como uma comunidade unida em prol da realidade de autogestão e valorização de suas tradições, primando pelo respeito e aproveitamento do entorno; este “pueblo” tem demonstrado a eficácia de um órgão representativo, manejado pelo povo através de suas Assembléias sem intermediários. Abaixo transcrevemos um trecho do discurso de posse do Conselho Maior que elucida bem as convicções e anseios deste “pueblo”

El pueblo de Cheran valiendose de su historia enfrentada resiste. El embate por proteger sus recursos naturales há estado submetido a la destrucción ambiental e social causado por la ola Del crime organizado, sobmetido a la pobreza y la violéncia em cumplicidade com los gobernantes y los partidos políticos que contribuen en esta tragédia. Necesitamos somar y tener esfuerzos con todos los pueblos Purepechas para construir e instaurar un regimen de autonomia mediante el respecto, línguas, usos y costumbres, creencias.(DIAZ, op. cit.)

Este trabalho, ao incentivar a reflexão de novos modos de governar e maneiras alternativas de mobilização e organização popular, pretende contribuir para a

ampliação dos horizontes dos movimentos sociais contemporâneos, bem como para a Antropologia Política, entre outras áreas de conhecimento. Tal trabalho também favorece o resgate da importância das raízes históricas dos próprios movimentos e sua ligação com o Estado, trazendo na aliança destes fatores novas questões e novas possibilidades à pesquisa social. O trabalho demonstra a heterogeneidade de concepções e culturas dentro de um território, percebendo como é inaceitável que uma “cultura” possa impor seu modo de vida às demais. Terminamos por frisar que seria importante a compreensão de todos que se deve construir um mundo em que se caibam “todos os mundos”, um mundo que a colonialidade ficaria de lado podendo existir uma relação respeitosa e igualitária com pessoas de diferentes “culturas”.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Actas de sesión de Consejo de 2012 IN: *Instituto de Transparencia y Acceso a la Información Pública del Estado de Michoacán*.disponível em:<http://www.itaimich.org.mx/>

ARAGÓN, Orlando; SIERRA, Maria Teresa. Los Pueblos Indígenas y Los Desafíos Del Derecho En Contextos Neoliberales. Entre El Uso Estratégico, El Despojo y La Criminalización In: *Revista de Estudos & pesquisas sobre as Américas* vol. 7, número 2 . 2013.

BEALS, R.L. & Foster. G.M.C Cherá: A Sierra Tarascan Village, Washington/DC: Smithsonian Institution, 1946

BELTRAN ,Aguirre, G. (1964). Integración Regional. In: Comas, J. (ed.) *La Antropología Social Aplicada en México*. (pp. 301-338). Instituto Indigenista Interamericano: México.

BONFIL, G. et. al. (1982) *América Latina: etnodesarrollo y etnocidio*. Costa Rica: FLACSO

CAMPBELL, Howard. 2009. *Drug warzone: frontline dispatches from the streets of El Paso and Juárez*. Austin:University of Texas Press.

CARABALLO, Andrea. *Cherán K'eri Caminando firme hacia la autonomía*.2012. Disponível em: <http://www.colectivocasa.org/story/noticias/cheran-keri-caminando-firme-hacia-la-autonomia>

Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas *Aprovado pela Assembléia Geral da ONU, em 7 de setembro de 2007*.

CASTAÑEDA, Jorge. La Herencia, arqueología de La sucesión presidencial em México, Alaguara, México 1999.

CASTILE, G.P. Cherán: The adaptation of an autonomous community in Michoacan, Mexico, University of Arizona, 1982.

CASTILLO, Alejandra Del. Cherán: 4 años de exigir justicia. In: La jornada. Morelia, Mich. febrero 8, 2012

COUDER, Ernesto Diaz. México In: *Atlas Sociolingüístico de Pueblos Indígenas en América Latina*. Ed. UNICEF. 2009

DIAZ, Salvador. *Comuna de Cheran*. 58 min. 2012 disponible em:  
<http://www.youtube.com/watch?v=YoMZw3DuGAW>

DÚRAN, Thelma Gómez. El Pueblo que Espantó al Miedo. In: *Premio de Periodismo Walter Reuter*. 2011

*Encuentro Nacional de Resistencias Autónomas Anticapitalistas*. 24, 25, 26 y 27 de mayo 2012, Cheran K'eri, Michoacán

EQUIHUA, Martín. *Sepultan cheranenses a sus muertos y liberan a elementos del GEO* In: *La Jornada Michoacán*. Cherán, Mich., 19 de abril, 2011

EVANS-PRITCHARD, E. Antropología e História In: *Ensaio de Antropologia Social*, Madrid. 1990.

FELDMAN-BIANCO, Bela ; RIBEIRO Lins. *Antropologia e Poder: Contribuições de Eric Wolf*. 2003. Ed. Universidade de Brasília, Brasília. 1ª edição.

FRANKOWSKA, Maria. Aculturación de los Indios de México In: *Estudios Latinoamericanos I* (1972) pp. 101-154

GLEDHILL, John. Limites da Autonomia e da Autodefesa Indígena. Experiências Mexicanas. In: *MANA* 18(3): 449-470, 2012.



GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Edição crítica do Instituto Gramsci, org. Valentino Gerratana. Turim: Einaudi, 1977.

HALBWACHS, Maurice. *La memoria colectiva*. traducción de Inés Sancho-Arroyo. — Zaragoza : Prensas Universitarias de Zaragoza.2004

HERNÁNDEZ, Eduardo Zarate, La reconstrucción de la Nación Purhépecha y El proceso de autonomía en Michoacán, México In: Assies, Van der Harr (org.) *El reto de La diversidad : pueblos indígenas y reforma Del Estado em América latina*, México, 1999.

INI (1991), Programa Nacional de Desarrollo de los Pueblos Indígenas

KLEYMEYER, Ch. (1994) *Cultural expresion and grassroots development. Cases from Latin America and the Caribbean*. USA, G.B.: Lynne Rienner Publishers

LIRA, Luz María Lepe ; MORALES Jurhamuti José Velázquez. Parankuecha, Diálogos y Aprendizajes: Las Fogatas de Cherán como Praxis Educativa Comunitaria. In: *International Journal of Multicultural Education* Vol. 15, No. 3 p.61-75 2013.

MADDOX, Richard. El Castillo. The politics of tradition in an Andalusian town, Chicago, University of Illinois Press, 1993.

MALDONADO, Benjamín (2004). “Geografía simbólica. Una materia para la educación intercultural en escuelas indias de Oaxaca”, In: Diálogos en la acción, segunda etapa, pp. 297-306. Oaxaca: Dirección General de Culturas Populares e Indígenas

*MichoacanCheran.blogspot.mx* acessado em: 10 de maio de 2013

MITRE, Antonio. História: Memória e Esquecimento. In: *O Dilema do Centauro-Ensaio de teoria da história e pensamento latino-americano*. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2003, 93-103.

MÓLGORA, M.A.C., *Histórias, processos políticos y cardenismos: Cherán y la Sierra Purhérpecha*, Michoacán: El Colegio de Michoacán, 2004.

MÓLGORA, M.A.C. Poder y autoridad:elecciones municipales em Michoacan. In: *Relaciones n°53*. El Colegio de Michoacán. 1994

PÉREZ, M. y ARGUETA, A. (2003). No todos los indigenismos son iguales (ni tampoco los indigenistas). En: *México Indígena*, Nueva Epoca, vol 2, núm 4.

Pueblo autónomo de Cherán, ejemplo para México y el mundo, afirma el MPJD IN: *La Jornada. Morelia Mich.* 10/02/2012

QUIJANO, Anibal. El Movimiento Indígena» y las cuestiones pendientes en América Latina

Organización Internacional del Trabajo (OIT): Convenio No. 169 sobre pueblos indígenas y tribales en países independientes. 1989.

R. A. M. Van Zantwijk: *Servants of the Saints. The Social and Cultural Identity of a Tarascan Community in México*, Assen 1967,

REYES,Francisco.México Participación Indígena em los Partidos Políticos In: *Participación Política Indígena y Políticas Públicas para Pueblos Indígenas en América Latina*. (Org) DE LA VEGA ,Beatriz Cajías. Ed. Fundación Konrad Adenauer (KAS), La Paz – Bolivia.2011

RODRÍGUEZ, José Manuel Ramos. *Ecos De “La Voz de La Montaña” : La Radio como Factor de Cohesión y Fortalecimiento Cultural de los Pueblos Indígenas*. Tesis para optar al grado de Doctor En Ciencias Políticas y Sociales(UNAM). México D.F. 2005.

ROSEBERRY,William, Cuestiones agrárias y campos sociales In: ZENDEJAS (Org.) , *Las disputas por El México rural. Actores y campos sociales*, Zamora, El Colegio de Michoacán,1998.Archivo Del Congreso Del Estado de Michoacán.1989



SÁENZ, Moisés, *Carapan*, México, OEA\CREFAL, 1992

SANTOS, Boaventura de Sousa. "Poderá o direito ser emancipatorio?" In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Núm. 65, pp. 3-76, 2003.

STAVENHAGEN, Rodolfo. *Los pueblos originarios : el debate necesario*. 1a ed. - Buenos Aires : CTA Ediciones : CLACSO : Instituto de Estudios y Formación de la CTA, 2010.

THOMPSON, J. (1998) *Los media y la modernidad. Una teoría de los medios de comunicación*. USA: Standford University Press

THOMPSON, J. (1995) *Ideología y cultura moderna*. UAM: México.

TOURAINÉ, Alain. *Palavra e Sangue: Política e Sociedade na América Latina*. Tradução de Iraci D. Poletí. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

TURATI, Marcela & CASTELLANOS, Francisco. *Rebelión contra la mafia Michoacana*. In: *Proceso*, 1864, p.30-34. 2012

VILLORO, Juan. *Um Mundo Muy Raro* In: *Revista Gatopardo*, México, 2001